

IV Seminário da Rede Gaúcha de Estudos e Pesquisas sobre Educação Profissional e Tecnológica IV Seminário ProfEPT IFRS

As (contra)reformas nas políticas educacionais no Brasil e seus
impactos na Educação Profissional e Tecnológica
28 a 30 de Agosto de 2023

VAMOS FALAR SOBRE DROGAS? SOB A ÓTICA DOS DOCUMENTOS NORMATIVOS DA EDUCAÇÃO E NA PERSPECTIVA DO CURRÍCULO INTEGRADO

Maria Clailta Machado da Silva¹

Daniela Gonçalves Oliveira²

Taniamara Vizzotto Chaves³

Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari¹

Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari²

Instituto Federal Farroupilha – Campus Jaguari³

Eixo Temático: 3 – Trabalho, Educação e Currículo Integrado

Palavras-chave: Documentos Normativos da Educação. Currículo Integrado. Temas Transversais. Drogas

INTRODUÇÃO

Em seu último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, realizado em dezembro de 2019, O Conselho Nacional de Justiça (2021), apontou que o Brasil possui 748.009 pessoas privadas de liberdade. Esse índice de encarceramento insere o país como o terceiro no mundo com a maior população carcerária, sendo superado apenas pelos Estados Unidos, com 2.145.100 presos e pela China, com 1.649.804 presos.

O levantamento mostrou que o encarceramento atinge majoritariamente jovens de até 29 anos de idade (55%), negros (64%), com baixo grau de escolaridade, sendo que 75% sequer acessaram o ensino médio. Esse perfil é confirmado pela análise sociodemográfica realizada no estudo “Encarceramento, políticas públicas e atuação da Justiça em territórios de vulnerabilidade social”. Os resultados apontaram que o perfil das pessoas presas é, em geral, homem jovem, com pouca ou nenhuma escolaridade, de baixa renda e oriundos de áreas de média a muito alta vulnerabilidade (CNJ, 2021).

Além disso, a causa de mais de 30% de todas as prisões da população carcerária é em decorrência do Tráfico de Drogas. Cabe destacar que, o percentual de prisões em virtude do tráfico em 2005 era de 8,7% em todo o Brasil e, passou para mais de 32% em 2017.

Desse modo, o presente trabalho se origina e se justifica a partir das discussões suscitadas a partir do trabalho de uma das autoras como Policial Penal, pois possibilitou evidenciar na prática que, atualmente, um dos grandes problemas da sociedade tem sido o uso de drogas, pois a maioria dos presos, estão nessa condição em virtude do tráfico de drogas e, não só como traficantes, mas também como usuários que em decorrência do vício acabaram cometendo outros delitos. Além disso, a maioria, nem se quer conseguiu chegar ao ensino médio.

Assim, considerando a necessidade da abordagem dessa temática, pois se acredita que ainda seja encarada com certa dificuldade por parte dos professores, seja por excesso de cuidado, para não incentivar o uso, seja por não se sentirem preparados para abordar um tema tão sério e delicado com os estudantes, ou ainda por acreditarem não serem de sua responsabilidade, isto é, por terem a falsa concepção de que deve ser trabalhada, apenas, em uma disciplina específica, o presente trabalho se constitui como um recorte inicial das leituras referentes à temática drogas, e tem como objetivo analisar e compreender como esse tema é tratado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), no intuito de contribuir com a tessitura do projeto de pesquisa proposto no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT vinculado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha, na linha de pesquisa Práticas Educativas em Educação Profissional e Tecnológica, onde se propõe investigar práticas educativas sobre a temática drogas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

REFERENCIAIS TEÓRICOS

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, foram desenvolvidos no âmbito do MEC, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Segundo Menezes (2001), os PCNs foram elaborados procurando, respeitar as diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país, bem como considerando a necessidade de construir referências nacionais comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras, criando condições, nas escolas, que permitam aos jovens ter acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Os PCNs trazem um conjunto de textos, cada um sobre uma área de ensino, que serve para nortear a elaboração dos currículos escolares em todo o país. Entretanto, não se constituem em uma imposição de conteúdos a serem ministrados nas escolas, mas são propostas nas quais as Secretarias e as unidades escolares poderão se basear para elaborar seus próprios planos de ensino (MENEZES, 2001).

Como os PCNs não se mostraram, em sua maioria, presentes nas práticas de ensino dos docentes, visto não serem normativos e sim consultivos, o Ministério da Educação, propôs a elaboração de uma Base Nacional Curricular (BNCC), um documento “normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BNCC, 2017, p. 9).

Em suma, a base norteia o que é fundamental a ser ensinado nas escolas em geral, da rede pública e privada, desde o ensino fundamental até o ensino médio. Entretanto, não se trata de um currículo, mas de orientações sobre o que seria fundamental na educação dos estudantes, sendo uma forma de nortear as propostas curriculares, para que as escolas elaborem seus próprios currículos e propostas pedagógicas.

Dessa forma, a elaboração de competências e diretrizes norteou “os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum” (BRASIL, 1996, art. 9º, inciso IV).

Ciavatta (2014) pontua que as Diretrizes Curriculares Nacionais tem o sentido de “linha reguladora do traçado de um caminho ou de uma estrada”, “conjunto de instruções ou indicações para se tratar e levar a termo um plano, uma ação, um negócio, etc.”; “norma de procedimento; diretiva”.

Cabe salientar que, o currículo integrado deve estar ancorado na perspectiva da interdisciplinaridade, da politecnicidade e da omnilateralidade, tendo o trabalho e a pesquisa como princípio educativo, visando ofertar uma compreensão global dos conhecimentos,

de mundo e de sociedade. A educação, nesse sentido, é concebida em sua integralidade, permeada por múltiplas mediações históricas que materializam os processos educativos. (CIAVATTA, 2005; RAMOS, 2005).

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Considerando o objetivo deste estudo e sua fase preliminar, metodologicamente, foi utilizado o método comparativo entre os documentos analisados, observando as principais diferenças entre os mesmos. Caracterizando-se como um estudo descritivo e documental, segundo Gil (2002, p. 42), “as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”. E documental por se tratar de documentos normativos da educação brasileira, pois ainda segundo Gil (2008, p. 147), “a pesquisa documental tradicionalmente vale-se dos registros cursivos, que são persistentes e continuados. Exemplos clássicos dessa modalidade de registro são os documentos elaborados por agências governamentais”.

Primeiramente, procedeu-se a leitura dos documentos PCNs (1998) e BNCC (2017), no intuito de identificar as principais diferenças entre eles e a forma como é feita a abordagem da temática drogas. Num segundo momento foi elaborado um quadro comparativo com intuito de analisar as informações contidas no documento, no que tange a temática escolhida.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da comparação entre dois documentos normativos da educação, procurou-se elaborar um quadro síntese apontando as principais diferenças entre os mesmos, bem como, identificar como a temática drogas é abordada pelo texto normativo.

Quadro 1 – Diferenças entre PCNs e BNCC

	PCN (1998)	BNCC (2017)
Temas que todas as áreas do conhecimento devem trabalhar	Temas transversais: ética, saúde, orientação sexual, meio ambiente e pluralidade cultural.	Temas integradores - Exemplo: consumo e educação financeira, ética, direitos humanos e cidadania, sustentabilidade, tecnologias digitais e culturas
Linguagem utilizada	“série” para o ensino fundamental e “ano” para o ensino médio. O ensino fundamental é dividido por séries, ou seja, vai da 1ª (primeira) série até a 8ª série. Para o ensino Médio, é dividido em três anos, começando pelo o 1º ano (primeiro) ano até o 3º (terceiro)ano.	Para o ensino fundamental e médio o termo “ano”. Fragmenta toda escolaridade obrigatória em anos, ou seja, vai do 1º ano do ensino fundamental até o 3º ano do ensino médio.
Nomenclatura das áreas de conhecimento	Da seguinte forma: Língua Portuguesa, Matemática, História, Educação Física, Geografia, Ciência da Natureza, Artes e Linguagem Estrangeira	Da seguinte forma: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciência Humana.

Fonte: Elaborado pelas autoras da pesquisa

Segundo Menezes (2001), uma das maiores inovações trazidas pelos PCNs é a orientação sobre os chamados temas transversais, assim nomeados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas perpassarem todas elas como se a todas fossem pertinentes. Esses temas abordam valores referentes à cidadania. Assim, a ideia da eleição desses conteúdos é oferecer aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida.

Entretanto, ao analisarmos o tema transversal “saúde”, nos PCNs, percebemos que o texto no que se refere a temática drogas, apenas traz um alerta para a questão das drogas ilícitas e, reforça o combate ao álcool e ao tabaco (drogas lícitas) de forma superficial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do estudo realizado, percebe-se que os temas transversais não devem ser compreendidos como novas disciplinas, mas como forma de integração entre as diferentes áreas e, que as escolas não devem apenas usá-los para eventos esporádicos do calendário anual, distribuídos de forma fragmentada com a liderança de poucos professores, cuja filiação a um tema está diretamente ligada as disciplinas que ministram.

Nesse contexto, o currículo deve ser concebido como um instrumento que auxilia, que serve como base, pensado para subsidiar a estruturação da educação, que deve ser utilizado e discutido constantemente no âmbito escolar, para que de fato a educação influencie e faça sentido para as crianças, adolescentes e jovens.

Ademais, um currículo integrado tem como objetivo conectar diferentes áreas de estudo, cruzando as linhas de assunto, bem como enfatizando conceitos unificadores. Dessa forma, a integração se concentra em fazer conexões para os alunos, permitindo que eles se envolvam em atividades relevantes e significativas que possam ser conectadas a sua própria vida.

Sendo assim, apesar das diferenças entre os dois documentos e das suas limitações, ambos são de extrema importância para a educação, ou seja, podem e devem ser utilizados como base para direcionar a prática pedagógica do professor.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei n. 9.394/96.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais-PCN**. Brasília, DF, 1998.
- CIAVATTA, M. **Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos?** *Revista Trabalho & Educação*, v. 23, n. 1, p. 187 – 205, 2014. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>> Acesso em: 27 de jun. de 2023.
- CIAVATTA, M. **Formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e identidade**. In: FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M.; RAMOS, M. (Org.). *Ensino médio integrado: concepção e contradições*. São Paulo: Cortez, 2005.
- CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, CNJ. **Estudo mostra relação entre vulnerabilidade e encarceramento**, 2021. Disponível em <<https://www.cnj.jus.br/estudo-mostra-relacao-entre-vulnerabilidade-e-encarceramento/>> Acesso em: 07 de jun. de 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed São Paulo: Atlas, 2002.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed São Paulo: Atlas, 2008.
- MENEZES, E. T. de. **Verbete PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais). Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil**. São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <<https://www.educabrasil.com.br/pcns-parametros-curriculares-nacionais/>>. Acesso em 27 jun 2023.